Protocolo de Registro de Menores e Defesa do Art. 3-bis: Guia da Circular 59/2025 e Desaplicação Judicial da Circular 26185/2025

Guia Jurídico Executivo sobre o Prazo Decadencial de 1 Ano (Art. 4 c. 1-bis), o "Curto-Circuito da Exclusividade" nas Linhas Ius Soli e a Desaplicação Judicial sob os Arts. 4–5 LAC e o Despacho Consulta n. 147/2026

Autor: Avv. Michele Vitale (Italian Supreme Court Bar / Ordine degli Avvocati di Larino) **Área:** Direito de Menores e Contencioso Judicial (Lei 206/2021)

ALERTA PROCESSUAL — DOIS REGIMES INCOMPATÍVEIS SOB A LEI 74/2025
A Lei 74/2025 divide estritamente os menores entre aquisição originária iure sanguinis e benefício de lei sob o Art. 4 co. 1-bis. O erro no procedimento ou a dependência de e-mails comuns acarreta a perda definitiva do direito ao completar 1 ano.

1. Arquitetura Normativa Pós-Lei 74/2025: Aquisição Originária vs. Benefício de Lei

Pelo Art. 4 co. 1-bis da Lei 91/1992 (Circular 59/2025), filhos nascidos no exterior com outra cidadania não herdam a nacionalidade automaticamente. Ambos os genitores devem manifestar vontade dentro de **365 dias do nascimento**. Conforme o Art. 15 da Lei 91/1992, os efeitos vigoram apenas a partir do dia seguinte.

2. O "Curto-Circuito da Exclusividade" da Circular 26185/2025

A Circular 26185/2025 exige posse exclusiva da cidadania italiana no nascimento do descendente. As Seções Unidas da Cassação (**Cass. SSUU n. 24045/2026**) consolidaram que o Art. 7 da Lei 555/1912 resguardava os nascidos em países ius soli da perda involuntária, tornando ilegal a circular ministerial.

3. Filhos Menores em Processos Judiciais (Art. 14 Lei 91/1992)

Nas ações perante Tribunais italianos, filhos menores adquirem a cidadania *ope legis* com o trânsito em julgado (Art. 14 da Lei 91/1992), livres da exigência consular de 365 dias.

4. O Protocolo de 365 Dias (Circular 59/2025) e Notificação PEC

A Circular 59/2025 estabelece requisitos formais rigorosos:

- **Comparecimento Pessoal Obrigatório**: Ambos os pais devem comparecer pessoalmente; envios postais são nulos;
- **Assinaturas Disjuntas**: O prazo de 365 dias vincula-se à assinatura do segundo genitor;
- **Taxa de €250 Liquidada**: Deve ser paga antes da formalização da segunda assinatura (Art. 9-bis);
- **Notificação por PEC (Art. 48 CAD)**: E-mails comuns não têm eficácia (Art. 2712 c.c.). Apenas uma Notificação PEC suspende o prazo e prova o impedimento inculpável.

5. A Pirâmide Defensiva em 3 Níveis perante os Tribunais Italianos

NÍVEL DEFENSIVO	MECANISMO PROCESSUAL	RESULTADO REQUERIDO
Nivel 1 (Fondo/Mérito)	Desaplicação Judicial da Circular 26185/2025 (Arts. 4–5 LAC).	O juiz afasta o ato administrativo e aplica a interpretação legal conforme.
Nivel 2 (UE)	Suspensão prejudicial Art. 267 TFUE (Despacho Consulta n. 147/2026 / C-816/26).	Suspende o processo até decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia.
Nivel 3 (Constitucional)	Inconstitucionalidade do Art. 3-bis alínea c (não julgada segundo p. 9.2 Despacho 147/2026).	Remessa à Corte Constitucional sob Arts. 3, 22 e 117(1) Cost. / Art. 8 CEDH.

ALERTAS PROCESSUAIS — ERROS CRÍTICOS A EVITAR

1. Ineficácia de E-mails Comuns: Não suspendem prazos nos termos do Art. 2712 c.c.
2. Prazo Fatal: Ambos os genitores e a taxa de €250 devem ser formalizados antes de 1 ano.
3. Prova Negativa Ilegal: A Circular 26185/2025 é nula e desaplicável perante a Justiça italiana.

6. Checklist Documental Atômica 1:1 (Regra 8 GEMINI.md)

1. Certidão em Inteiro Teor do Menor
Com Apostila e tradução juramentada para o italiano.

2. Prova de Cidadania Estrangeira do Menor
Passaporte válido ou certidão de nascimento.

3. Extrato de Nascimento do Genitor Italiano
Emitido pelo Comune italiano de inscrição AIRE.

4. Documento do Primeiro Genitor
Passaporte válido do genitor italiano.

5. Documento do Segundo Genitor
Passaporte válido do cotitular da responsabilidade parental.

6. Comprovante Bancário da Taxa de €250
Pagamento individual sob o Art. 9-bis da Lei 91/1992.

7. Dossiê Histórico do Ascendente (Art. 3-bis c)
Certidão italiana e certidão negativa de naturalização CNN.

8. Provas de Agendamento Pré-27 Março 2025
Registros ou PEC para impedimento inculpável (p. 9.1 Sent. 63/2026).

AUDITORIA ESTRATÉGICA INDIVIDUAL E PLANO PROCESSUAL

Analiso diretamente suas certidões para congelar o prazo de 365 dias via PEC ou desaplicar judicialmente a Circular 26185/2025 perante o Tribunal.

Honorários Consulta: €250 all-in total (taxes included)
100% dedutível dos honorários advocatícios posteriores conforme o D.M. 55/2014.

AGENDAR CONSULTA ESTRATÉGICA →

Studio Legale Avv. Michele Vitale · Italian Supreme Court Bar (Cassazionista)
Ordine degli Avvocati di Larino · PEC: michelevitale@pec.it · Email: michele@italyget.com
Web: italyget.com
Booking: italyget.com/book-avvocato/